

Educação Ambiental Crítica no Haiti: por uma política pública alinhada à justiça climática e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Maxo St Victor¹

Vera Lucia Martiniak²

Resumo: O presente artigo analisa o papel da educação ambiental crítica na formulação de políticas públicas no Haiti, com ênfase em sua articulação com a justiça climática e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Partindo do contexto de vulnerabilidade socioambiental haitiano, marcado por catástrofes naturais, degradação ecológica e desigualdade estrutural, a pesquisa sustenta a hipótese de que a incorporação de fundamentos da educação ambiental crítica pode fortalecer políticas públicas mais justas e transformadoras. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de fontes acadêmicas e textos legislativos. O referencial teórico se ancora nos estudos da educação ambiental crítica (Guimarães, 2004; Loureiro & Layrargues, 2013), nos debates sobre justiça climática (Santos, 2020; Acsehrad, 2010) e nas diretrizes da Agenda 2030. Os resultados apontam para a necessidade de políticas educativas que valorizem saberes locais, promovam a participação social e enfrentem as assimetrias históricas que agravam os impactos da crise climática no Haiti. O estudo conclui que uma política pública de educação ambiental crítica, orientada por princípios de justiça climática, pode contribuir significativamente para o fortalecimento da cidadania ecológica e para um desenvolvimento socioambiental sustentável no país.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica; Justiça Climática; Políticas Públicas

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual do Haiti (UEH). Mestrado em História, Memória e Patrimônio pela Universidade Estadual do Haiti e pela Universidade Laval (UEH-ULaval). Doutorando em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: 240302100000@uepg.br

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG. E-mail: vlmartiniak@uepg.br. (Orientadora)

Introdução

O Haiti, nação marcada por intensas desigualdades sociais, instabilidades políticas e desastres naturais recorrentes, encontra-se entre os países mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas no mundo. A degradação ambiental, o desmatamento, a escassez de água potável e a precariedade das políticas públicas agravam os desafios socioambientais enfrentados pela população haitiana.

Nesse contexto, torna-se urgente refletir sobre o papel da educação na construção de respostas sustentáveis e equitativas à crise ecológica. A educação ambiental crítica, por seu caráter emancipador e transformador, apresenta-se como uma via potente para articular práticas educativas com ações políticas voltadas à justiça climática e ao cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Este artigo parte do pressuposto de que a inserção da educação ambiental crítica nas políticas públicas haitianas pode contribuir de forma significativa para enfrentar as injustiças socioambientais e promover um desenvolvimento sustentável baseado na equidade. Essa hipótese está ancorada na ideia de que uma educação ambiental voltada para a formação de sujeitos conscientes e politicamente engajados é capaz de mobilizar ações coletivas e influenciar decisões institucionais em prol da justiça climática (Santos, 2020; Acselrad, 2010).

Assim, o objetivo deste estudo é analisar de que maneira a educação ambiental crítica pode colaborar para a formulação de políticas públicas no Haiti, promovendo a articulação entre justiça climática e os princípios da Agenda 2030. A questão de pesquisa que norteia este trabalho é: De que forma a educação ambiental crítica pode contribuir para a construção de políticas públicas voltadas à justiça climática no Haiti?

Para tanto, a metodologia adotada é qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram examinadas obras acadêmicas, relatórios institucionais e documentos oficiais relacionados à educação ambiental, às políticas públicas, à justiça climática e aos ODS no contexto haitiano e latino-americano. Essa abordagem permite compreender as múltiplas dimensões envolvidas no processo de formulação de políticas ambientais e educativas no país.

O referencial teórico utilizado apoia-se nos fundamentos da educação ambiental crítica (Guimarães, 2004; Loureiro e Layrargues, 2013), que defendem uma formação voltada à

transformação social, política e ecológica, bem como nos debates sobre justiça climática (Santos, 2020; Acsehrad, 2010), que destacam as desigualdades na distribuição dos impactos da crise climática. Além disso, são considerados os marcos normativos da Agenda 2030 da ONU e sua relevância para orientar políticas públicas sustentáveis.

Objetivo

Analisar como a educação ambiental crítica pode contribuir para a formulação de políticas públicas no Haiti, alinhadas à justiça climática e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, com o objetivo de compreender o papel da educação ambiental crítica na formulação de políticas públicas no Haiti, em diálogo com a justiça climática e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de interpretar fenômenos complexos que envolvem relações sociais, históricas e ecológicas, não redutíveis a dados numéricos.

A investigação fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise documental. A revisão bibliográfica contempla obras referenciais nos campos da educação ambiental, justiça climática, políticas públicas e epistemologias críticas, com destaque para autores como Guimarães (2004), Loureiro e Layrargues (2013), Leff (2010), Acsehrad (2010) e Santos (2020). Essa base teórica orienta a compreensão crítica das contradições socioambientais no contexto haitiano.

A análise documental abrange relatórios de organismos internacionais, legislações haitianas, diretrizes educacionais e documentos vinculados à Agenda 2030. Incorporaram-se análises de organizações que operam nas áreas de educação e meio ambiente no Haiti, com a finalidade de reconhecer as práticas em curso, bem como seus limites e potencialidades.

O recorte temporal compreende o período entre 2010 e 2023, com ênfase nos desdobramentos pós-terremoto de 2010, marco fundamental para as transformações ambientais

e institucionais no país. A escolha desse intervalo permite examinar a reconfiguração das políticas públicas e a inserção do Haiti nos debates globais sobre sustentabilidade.

A análise dos dados segue uma perspectiva crítica e interpretativa, priorizando a articulação entre os fundamentos teóricos, os documentos examinados e a realidade social haitiana. Essa triangulação assegura consistência à interpretação dos resultados e fundamenta propostas alinhadas à justiça socioambiental e à autonomia dos povos.

Resultados

A análise empírica e documental evidenciou que a crise ambiental no Haiti está diretamente relacionada à ausência histórica de políticas públicas sustentáveis, agravada por fatores socioeconômicos estruturais e pela fragilidade institucional do Estado. Dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2021) indicam que o país possui uma cobertura florestal inferior a 2%, sendo uma das mais baixas do mundo.

Esse quadro é resultado de práticas históricas de exploração intensiva de madeira, uso doméstico da lenha como principal fonte de energia, agricultura de subsistência e ocupação desordenada do solo. A erosão dos solos e a escassez de água potável são consequências diretas da degradação ambiental acelerada, comprometendo tanto a segurança alimentar quanto a saúde pública.

O Haiti é também um dos países mais vulneráveis do mundo a eventos climáticos extremos, como demonstram os relatórios do IPCC (2022). Furacões, tempestades tropicais e secas afetam, de forma recorrente, vastas áreas rurais e urbanas, provocando perdas materiais, deslocamentos populacionais e destruição de infraestrutura básica. Sem esquecer os terremotos que devastaram o país nas duas últimas décadas.

“12 de janeiro de 2010, às 16h53. Um violento terremoto de magnitude 7,3 ocorre a 25 km da capital haitiana, Porto Príncipe. O saldo é devastador: 280 mil mortos, 300 mil feridos e 1,3 milhão de desabrigados” (ICLRADIO-CANADA.CA, 2025). Em agosto de 2021, o país vivenciou outro terremoto trágico: O balanço humano direto e indireto do terremoto chega a um total de 666.561 pessoas” (MPCE, 2021).

A recorrência desses eventos evidencia a fragilidade dos mecanismos de prevenção e gestão de riscos ambientais, além de acentuar a desigualdade socioambiental entre os grupos mais empobrecidos. No campo educacional, os resultados apontam para uma dissociação entre os marcos legais e as práticas efetivas no ensino da educação ambiental. Embora o Plano Nacional de Educação e Formação 2017–2027 reconheça a importância da sustentabilidade, a ausência de estratégias operacionais concretas compromete sua efetividade.

Essa fragilidade institucional contrasta com os compromissos já assumidos anteriormente pelo Estado, como expresso em 2006: “A pesquisa científica e técnica será incentivada por meio das universidades e instituições de pesquisa estabelecidas em todo o território nacional” (HAITI, 2006). O artigo 256 da constituição em vigor estipula: “No âmbito da proteção do meio ambiente e da educação pública, cabe ao Estado a obrigação de criar e manter jardins botânicos e zoológicos em determinados pontos do território” (HAITI, 1987).

No entanto, tais diretrizes, embora formalizadas em decreto, não foram efetivamente implementadas, permanecendo como intenções não materializadas no contexto das políticas públicas.

A análise de Génés e Louis (2021) mostra que a maioria das escolas públicas não dispõe de materiais pedagógicos voltados à realidade ambiental local e que os professores carecem de formação específica em educação ambiental. A falta de investimentos estruturais e a escassa integração entre escola e comunidade dificultam a construção de um currículo ambientalmente significativo e contextualizado.

Verificou-se ainda que a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), apesar de mencionados em discursos oficiais, têm sido aplicados de maneira superficial e desarticulada. O ODS 4 (educação de qualidade) e o ODS 13 (ação contra a mudança global do clima), em particular, não têm se traduzido em programas sistemáticos que articulem educação e sustentabilidade.

Na prática, a presença dos ODS em políticas públicas haitianas assume caráter normativo e declaratório, sem respaldo em ações efetivas, conforme analisado por Acsehrad (2010) e Leff (2010), que criticam o uso instrumentalizado de discursos sustentáveis desvinculados de transformações reais nos territórios.

Por outro lado, o estudo identificou iniciativas relevantes de organizações da sociedade civil, associações locais e ONGs que desenvolvem ações de educação ambiental com enfoque comunitário. Projetos como o Haiti Environment and Education Project têm promovido oficinas ecológicas, hortas escolares e programas de reflorestamento com participação popular.

Essas experiências, embora limitadas em escala, demonstram potencial transformador ao integrar saberes locais, práticas sustentáveis e participação cidadã. No entanto, sua ausência de articulação com políticas públicas impede sua consolidação e expansão.

Por fim, a ausência de uma abordagem crítica, política e decolonial na formulação das políticas ambientais e educacionais compromete a formação de sujeitos autônomos e conscientes diante das injustiças climáticas que afetam o país. O modelo vigente de educação ambiental, ainda marcado por perspectivas técnicas e comportamentais, não contribui para a construção de uma cidadania ambiental ativa.

A incorporação da educação ambiental crítica, conforme propõem Loureiro e Layrargues (2013), Santos (2020) e Guimarães (2004), pode representar um caminho estratégico para reorientar as políticas públicas haitianas em direção à justiça climática, à valorização dos saberes locais e à reconstrução social e ecológica do país.

Discussão e Conclusão

A análise realizada neste estudo evidencia que o Haiti enfrenta uma profunda crise socioambiental, agravada pela fragilidade institucional, pela ausência de políticas públicas eficazes e pela recorrência de eventos climáticos extremos. Diante desse cenário, a educação ambiental crítica surge como um instrumento fundamental para a construção de respostas educativas que não apenas informem, mas também mobilizem as comunidades em torno de ações transformadoras.

Ao problematizar a distância entre o discurso oficial e a realidade das práticas educativas no país, a pesquisa mostra que os marcos legais, embora reconheçam a importância da sustentabilidade e da justiça climática, carecem de implementação concreta, monitoramento efetivo e integração com os saberes e necessidades locais.

A superficialidade com que os ODS são incorporados às políticas públicas evidencia uma lacuna entre a retórica internacional e as ações locais, dificultando avanços reais em direção ao desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a educação ambiental crítica — com sua ênfase na formação de sujeitos políticos, na valorização dos saberes comunitários e na denúncia das desigualdades socioambientais — oferece uma base teórica e metodológica capaz de orientar políticas públicas mais inclusivas, justas e eficazes.

Sua incorporação nos currículos escolares, na formação docente e nas práticas pedagógicas cotidianas pode contribuir para a construção de uma cidadania ecológica ativa, engajada na transformação das estruturas que perpetuam a injustiça climática no país. As iniciativas protagonizadas por organizações da sociedade civil revelam caminhos alternativos e potentes de atuação.

Mesmo com recursos limitados, essas experiências demonstram que é possível promover uma educação ambiental enraizada nas realidades locais e orientada por princípios de justiça social e ecológica. No entanto, para que essas ações sejam ampliadas e consolidadas, é imprescindível que sejam reconhecidas e articuladas com políticas públicas consistentes, formuladas de maneira participativa e sensível às complexidades do contexto haitiano.

Conclui-se, portanto, que uma política pública de educação ambiental crítica no Haiti, articulada com os princípios da justiça climática e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, não é apenas desejável, mas necessária.

Ela representa uma via estratégica para enfrentar os múltiplos desafios ambientais e sociais do país, promovendo o fortalecimento das comunidades, a reconstrução ecológica e a afirmação da dignidade humana diante das crises. Para isso, é fundamental superar abordagens tecnicistas e despolitizadas, e assumir a educação como prática emancipadora e compromisso ético com o presente e o futuro do povo haitiano.

Referências:

ACSELRAD, H. **A gestão ambiental no Brasil: entre a ética ecológica e a ética da economia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GENÉUS, R.; LOUIS, J. M. **Política educacional no Haiti: desafios e perspectivas para a educação básica.** Port-au-Prince: University Press, 2021.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25–36.

HAITI. "Constitution de la République d'Haïti de 1987". , 1987.

HAITI. LE MONITEUR (JOURNAL OFFICIEL DE LA REPUBLIQUE). **Décret portant sur la gestion de l'environnement et de régulation de la conduite des citoyens et citoyennes pour un développement durable**. Port-au-Prince : LE MONITEUR, 2006.

ICI.RADIO-CANADA.CA, Z. I.-. **La mémoire du séisme en Haïti encore vive, 15 ans après la tragédie**. 12 jan. 2025. Radio-Canada. Disponível em: <https://ici.radio-canada.ca/info/long-format/2132104/quinze-ans-seisme-haiti-bilan>. Acesso em: 9 abr. 2025.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

LEFF, E. **A construção do outro: os saberes indígenas e a crise ecológica**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 53–71, 2013.

MPCE. **Évaluation post-désastre en Haïti: Séisme du 14 août 2021 dans la péninsule sud**. Rapports secteurs. Port-au-Prince, Ministère de la planification et coopération externe, 2021.

PNUMA – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Estado do meio ambiente no Haiti: relatório técnico 2021**. Nairobi: UNEP, 2021.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.